



RELATÓRIO QUADRIMESTRAL

FEVEREIRO
MARÇO
ABRIL
MAIO



2ª VICE-PRESIDÊNCIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

2019

RELATÓRIO QUADRIMESTRAL

fevereiro, março, abril e maio de 2019

Ações institucionais relacionadas às atribuições da
2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A 2ª Vice-Presidência é órgão integrante da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com atribuições na gestão de três importantes políticas judiciárias: Juizados Especiais, Autocomposição e Cidadania.

A primeira diz respeito à Supervisão-Geral do Sistema de Juizados Especiais do Estado do Paraná, englobando: a coordenação administrativa do sistema; a designação de juízes leigos e conciliadores para atuação nas unidades judiciárias; a proposição, análise e aprovação de convênios; e a direção de ações e projetos relacionados ao Sistema.

A segunda, por sua vez, relaciona-se com a Mediação e a Conciliação, instrumentos de autocomposição que vêm ganhando cada vez mais destaque na resolução de conflitos.

Por fim, quanto à política judiciária de promoção da Cidadania, cumpre à 2ª Vice-Presidência promover, estimular e apoiar a criação de projetos e programas, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, que busquem a construção e a propagação da “Cidadania”, fundamento da República Federativa do Brasil. Essas ações são orientadas pelo mandamento constitucional de construção de uma sociedade livre, justa, solidária, inclusiva e plural.

CONTATO:

Rua Prefeito Rosaldo Gomes Mello Leitão, s/n - Centro Cívico, Curitiba - PR

Prédio Anexo ao Palácio da Justiça - 2º Andar

(41) 3200-2397 / (41) 3200-2775

E-mail: 2vice@tjpr.jus.br

Também estamos nas redes sociais:

 [2vicetjpr](#)  [2vicetjpr](#)  [2vicetjpr](#)

SUMÁRIO

O 2º Vice-Presidente	04
A Equipe	07
Ações da 2ª Vice-Presidência	08
Convênios firmados	32
Convênios em andamento	36
Números de Audiências de Conciliação dos CEJUSCs e Juizados Especiais	37
Projetos/Programas desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência	37



2ª VICE-PRESIDÊNCIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O 2º VICE-PRESIDENTE



Desembargador José Laurindo de Souza Netto atuou intensamente nos Juizados Especiais de Curitiba e, desde o início de suas atividades, acompanhou a transição do Tribunal de Pequenas Causas para os Juizados Especiais normatizados pela Lei nº 9.099/95, ocupando a sua direção e, além disso, julgou tanto em sua área cível quanto criminal. Experiências que, por conseguinte, lhe permitiram produzir obras literárias e publicações jurídicas acerca deste microsistema.

Aos 17 de maio de 2010 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, e no dia primeiro de fevereiro de 2019, tomou posse como 2º Vice-Presidente do TJPR para o biênio 2019/2020.



ENTREVISTA CONCEDIDA À AMAPAR EM 30 DE JANEIRO DE 2019

“Na 2ª Vice quero e vou contribuir de maneira a alcançar o maior número possível de cidadãos”

Desembargador José Laurindo, ao falar à AMAPAR. Por Rômulo Cardoso

Ele está em casa. Ao conceder entrevista à AMAPAR, o desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º vice-presidente do TJ-PR, afirma categoricamente que os Juizados Especiais têm um papel importante em sua trajetória profissional.

Agora como principal autoridade na supervisão dos juizados no Paraná, o magistrado relata a íntima ligação, desde a efetiva aplicação das premissas contidas na Lei 9099/95, que passaram a reger o sistema. “Na 2ª Vice quero e vou contribuir de maneira a alcançar o maior número possível de cidadãos”, garante.

Na entrevista a seguir o magistrado também fala sobre a cultura do litígio e da necessidade de estruturar o 1º Grau.

“A equalização da força de trabalho proporcionará melhores condições aos magistrados e consequentemente uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz”, aponta.

Leia a seguir a [entrevista na íntegra](#):

AMAPAR - O senhor fez um trabalho destacável na EMAP, como diretor-geral. Também agrega ao Judiciário pela biografia acadêmica, na contribuição propedêutica e jurídica, ao ser referência em questões sobre Processo Penal e crime organizado. Agora, além de assumir cargo na cúpula, soma à incumbência designada ao senhor a supervisão dos Juizados Especiais de todo o Estado. Estará à frente da porta de entrada do Judiciário em muitas questões, principalmente pelo fato de que os Juizados primam pela gratuidade dos serviços judiciais. Particularmente, ao olhar a sua trajetória, como espera contribuir com o sistema dos juizados e, principalmente, no atendimento ao cidadão? Qual será o ritmo do desembargador José Laurindo na 2ª vice-presidência?

DESEMBARGADOR - De fato, os juizados especiais, tem um papel importante na minha trajetória.



ria. Desde o início de minha carreira já atuei nos juizados e inclusive acompanhei a transição do Tribunal de Pequenas Causas para a Lei 9.099/95, trabalhei nas áreas civil, criminal e também na direção dos Juizados. E essa importância se refletiu por toda minha carreira.

Minha tese de mestrado foi relacionada aos Juizados, e com muito orgulho pude materializar uma parte vivenciada nesse período no livro “O Juizado Especial Criminal à luz dos princípios constitucionais” e sempre que posso escrevo sobre o assunto.

Nas comemorações dos 20 anos dos Juizados Especiais publiquei um artigo onde faço uma reflexão sobre o início das atividades dos Juizados e os desafios enfrentados ao longo dos anos, aproveito para deixar aqui uma indicação de leitura para os amigos: “O Juizado Especial como Jurisdição Tecnológica e Afetiva”, espero que gostem da leitura.

Na 2ª Vice quero e vou contribuir de maneira a alcançar o maior número possível de cidadãos, pretendo implementar as ações da 2ª Vice de forma abrangente e eficiente. Quero resultados. Vou desenvolver projetos em que tragam resultados, e perspectivas a curto, médio e longo prazo. Vamos sair do papel. Tenho me preparado para esse momento e tenho certeza que vamos fazer um bom trabalho.

Nosso ritmo para aqueles que nos conhecem mais de perto sabe que é acelerado, mas sabemos que fazemos parte de um sistema, de um todo complexo e que para funcionarmos bem temos que estar em sintonia. Agora o momento é de cautela, de

adequação, ... a experiência tem nos mostrado que para uma boa gestão precisamos funcionar como engrenagens, uma peça desajustada pode comprometer todo o sistema... combustível não nos falta, a questão é apenas de estudar bem os projetos os mecanismos que dispomos e aí sim dar início aos trabalhos.

AMAPAR - Acredita que nos últimos anos, no Judiciário brasileiro, os Juizados perderam o perfil não apenas conciliatório, mas as questões relacionadas aos princípios do sistema, como a informalidade e a celeridade? Como resgatar as características e ao mesmo tempo inovar?

DESEMBARGADOR - A implementação dos Juizados Especiais enfrentou alguns obstáculos que desgastaram o modelo inicial, quando não o desnaturaram, exigindo-se um novo olhar dos princípios iniciais. Neste contexto de jurisdicalização dos conflitos, o futuro dos Juizados Especiais, depende, portanto, não só de uma maior atenção do Poder Público, mas sobretudo de uma releitura dos valores que inspiraram a geração de 1990.

Por um lado, a complexidade da sociedade, originária da explosão de litigiosidade absorvida pelos Juizados, exige o investimento em tecnologias para a desburocratização e celeridade dos processos, para evitar-se o prejuízo à eficiência. Todavia, só estruturar não basta. Deveras, pelo Juizado passa a vida psíquica da sociedade, que reclama soluções sensíveis, inerentes as vicissitudes e pequenos dramas subjacentes ao conflito, colocando o juiz na posição de terapeuta da

vida social. Dessa forma, a saída ideal para os dilemas do Juizado Especial passa pela alteração de mentalidade.

AMAPAR - Uma das maiores críticas está na cultura do litígio com o ajuizamento de demandas que poderiam ser resolvidas de forma extrajudicial, podemos dizer. Poderiam ser resolvidas sem a provocação do Judiciário, sem a utilização da gama procedimental, de advogados. Como avalia essa demanda monstruosa de questões, muitas vezes, desnecessárias que chegam aos juízes?

DESEMBARGADOR - A cultura do litígio precisa ser superada. E eu vejo a Mediação e a Conciliação como métodos de soluções de conflitos mais eficazes para que isso aconteça.

Se de fato existem tantos outros meios pacíficos para a solução de conflitos que podemos e vamos colocar à disposição dos cidadãos, porque limitar-se a sentença. Além do mais, a sentença pode colocar fim ao processo, mas não necessariamente ao conflito sociológico. Precisamos sim mudar a mentalidade das pessoas como um todo (partes, juízes, promotores), mas precisamos também instrumentalizar nossas comarcas de modo que possam implementar a cultura da pacificação social. A conciliação é uma solução permanente e está disponível todos os dias no tribunal. A decisão de conciliar é do cidadão.

AMAPAR - De forma objetiva, como o senhor analisa a política de priorização do 1º grau, que passa pela equalização da força de trabalho?

DESEMBARGADOR - Objetivamente, a equalização da força de trabalho visa equilibrar o número de servidores, conforme a demanda entre as unidades judiciárias no mesmo grau de jurisdição. Trata-se de uma equalização horizontal, os critérios são objetivos e servem para identificar a real necessidade de servidores em cada unidade judiciária.

A desigualdade deve ser combatida. Dados do Relatório Justiça em Números 2017 mostram que o primeiro grau foi responsável por 94% do acervo processual do Poder Judiciário em 2016, que bateu a marca dos 79,7 milhões de ações. Todos os ramos de Justiça possuem demanda processual superior ao número de servidores, cargos e funções alocadas no 1º grau de jurisdição.

A equalização da força de trabalho proporcionará melhores condições aos magistrados e consequentemente uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

PRIMEIRA META ATINGIDA

No dia 22/04, a política de priorização do 1º grau ganhou novo desdobramento com a aprovação de dois anteprojeto de lei, pelo Órgão Especial (OE) do Tribunal de Justiça do Paraná, com o objetivo de melhorar o andamento da Justiça Paranaense, com foco especial no atendimento às necessidades do 1º Grau de Jurisdição.

O primeiro anteprojeto aprovado garantiu o incremento de quatro cargos de Juiz de Direito para a Turma Recursal dos Juizados Especiais, assim como 20 cargos de Assistente de Juiz de Direito para auxílio do órgão recursal.

Segundo dados da Presidência do TJPR, as Turmas Recursais têm, hoje, 55 mil recursos aguardando julgamento. Além disso, no período de 1º de agosto de 2017 a 1º de julho de 2018, essas Turmas receberam quase 100 mil recursos - um volume de trabalho que estava sob a responsabilidade de 16 juízes.

O outro texto de lei aprovado pelos Desembargadores do OE extinguiu nove Varas Judiciais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e criou nove cargos de Juiz de Direito Substituto e cargos de assessoramento. Esses juízes atenderão, especificamente, demandas da RMC, atuando nos foros regionais de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

As alterações legais permitem um melhor aproveitamento das funções a serviço da justiça e trazem soluções para a equalização da força de trabalho entre os dois graus de jurisdição. Essas iniciativas visam atender a Resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A EQUIPE

JUIZ AUXILIAR

Anderson Ricardo Fogaça

Chefe de Gabinete

Janaína Guimarães Sá

Secretário de Gabinete

Adriane Garcel

Assessoria Jurídica

Adriana Mortari Vena
Renato Navarro de Souza

Assessoria de comunicação

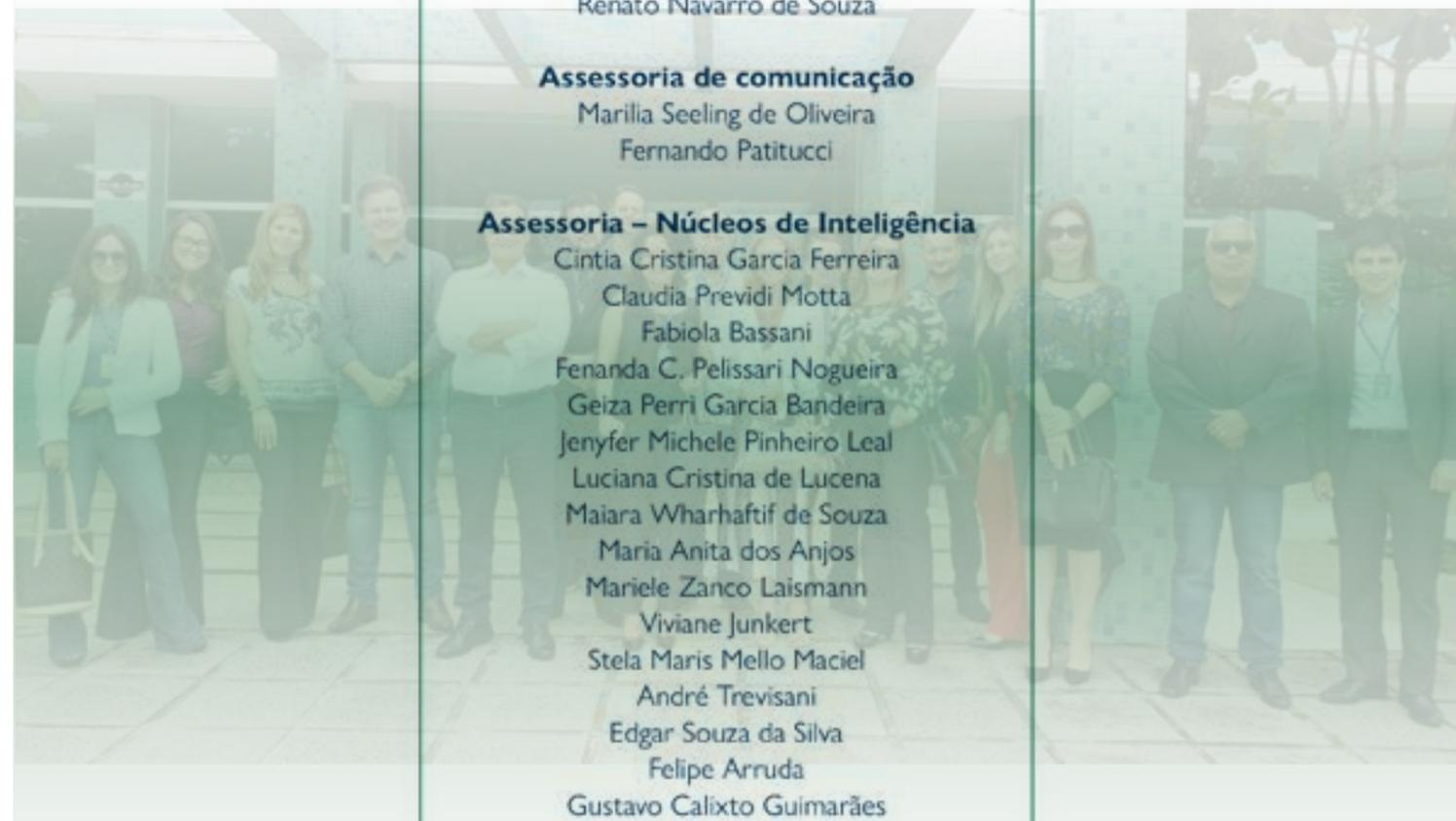
Marilia Seeling de Oliveira
Fernando Patitucci

Assessoria - Núcleos de Inteligência

Cintia Cristina Garcia Ferreira
Claudia Previdi Motta
Fabiola Bassani
Fernanda C. Pelissari Nogueira
Geiza Perri Garcia Bandeira
Jenyfer Michele Pinheiro Leal
Luciana Cristina de Lucena
Maiara Wharhaftif de Souza
Maria Anita dos Anjos
Mariele Zanco Laismann
Viviane Junkert
Stela Maris Mello Maciel
André Trevisani
Edgar Souza da Silva
Felipe Arruda
Gustavo Calixto Guimarães
Hélcio Jose Vidotti
Leonardo F. M. Tiradentes
Leonardo de A. F. Fogaça
Luiz Antonio Ferreira
Marcelo Carvalho
Vilmar Maschio

Estagiários

Dionatan
Juliana
Lucas
Tainá
Vitória



AÇÕES DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

02/02/2019

Reunião com o GMF e com a FECCOMPAR sobre novos projetos

Iniciando a gestão, uma das primeiras providências da 2ª Vice-Presidência foi realizar uma reunião com o GMF (Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas) e com a FECCOMPAR (Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná), com o intuito de alinhar alguns dos novos projetos a serem implementados no biênio 2019-2020.

04/02/2019

2º Vice-Presidente participa da palestra sobre o tema “Análise Econômica do Direito Processual Civil”



O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, participou de uma palestra sobre o tema “Análise Econômica do Direito Processual Civil”.

O evento foi realizado pela Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) e pela Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), tendo como palestrante o atual Secretário Nacional do Consumidor, professor e pós-doutor em Direito Luciano Benetti Timm, e a coordenação científica do Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão.

05/02/2019

Magistrado Paranaense ganha menção honrosa no IX Prêmio Conciliar é Legal



Durante a sessão plenária do CNJ, realizada em 5 de fevereiro de 2019, em Brasília, foram premiados os vencedores do Prêmio Conciliar é Legal, com ações desenvolvidas em 2018. O Magistrado Rodrigo Rodrigues Dias, Juiz Coordenador do CEJUSC de Toledo/PR, membro do NUPEMEC, Instrutor e Formador de Instrutores em Mediação Judicial pelo CNJ e Coordenador do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do TJ/PR, recebeu menção honrosa na categoria “Instrutores de Mediação e Conciliação” pela apresentação da prática “Oficina de Resumo e Pauta”, recebendo os cumprimentos pela efetiva contribuição em busca da resolução de conflitos e da pacificação social.

O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, esteve presente na cerimônia que contou com a presença de diversas autoridades, entre elas, o Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

06/02/2019

Reunião no Conselho Nacional de Justiça trata sobre conciliação no segmento bancário



Aproveitando a passagem por Brasília, a 2ª Vice-Presidência participou de uma reunião no Conselho Nacional de Justiça, em prosseguimento ao projeto iniciado entre o CNJ e a FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), para tratar de conciliação no segmento bancário.

Estiveram presentes na reunião o 2º Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça.

13/02/2019

2º Vice-Presidente instala novo CEJUSC na Comarca de Colorado



O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Des. José Laurindo de Souza Netto, conduziu a solenidade de instalação do CEJUSC da Comarca de Colorado. A cerimônia contou com a presença do Juiz-Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, os Juizes do Fórum de Co-

lorado, Dra. Maria de Lourdes Araujo Cavalcanti Mundim, Dra. Luciana Paula Kulevicz e Dr. Diego Gustavo Pereira, os Promotores de Justiça, Dr. Sérgio Segurado Braz e Dra. Fernanda Bertocini Menezes, o Prefeito de Colorado, entre outras autoridades.

14/02/2019

2ª Vice-Presidência firma acordo com o Procon de Maringá



Em evento realizado no dia 14/02, o Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da 2ª Vice-Presidência, firmou uma parceria com o Procon de Maringá. O acordo objetiva agilizar a resolução de processos e as questões pré-processuais da cidade de Maringá, fortalecendo a cultura da conciliação.

O convênio foi firmado pelo Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), e pelo Prefeito de Maringá, Ulisses Maia.

20/02/2019

Projeto Jovens Promissores dá início às atividades da 10ª e 11ª turmas



No dia 20/02, foram iniciadas as atividades da 10ª e 11ª turmas do Programa Jovens Promissores em Curitiba, com a participação do 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Desembargador José Laurindo de Souza Netto.

Na ocasião, o Desembargador acolheu os participantes, incentivando-os a aproveitar as oportunidades ofertadas pelo Programa, e ressaltou a intenção de firmar novas parcerias, de forma a permitir que os jovens possam ser inseridos no mercado de trabalho e assumir o protagonismo de suas vidas.

20/02/2019

2ª Vice-Presidência implementa o Cadastro Estadual para Mediadores e Conciliadores



Atendendo as determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o disposto no artigo 167 do Código de Processo Civil, a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná disponibilizou, no dia 20/02, o Cadastro Estadual para Mediadores e Conciliadores.

A plataforma digital, conhecida como CAJU (Cadastro de Auxiliares da Justiça), objetiva identificar as pessoas habilitadas a desenvolver a atividade de mediação e conciliação, fomentando a cultura da pacificação social em todo o Estado do Paraná.

21/02/2019

Reunião com os multiplicadores do Programa Pacificar é Divino

O Des. José Laurindo de Souza Netto, realizou uma reunião com os multiplicadores do Programa “Pacificar é Divino”, com o escopo de aprimorar o trabalho desenvolvido.



Neste ato, foram debatidas questões atinentes a capacitação, expansão do projeto em outras comarcas e agendada a programação de oficinas e simpósios.

Estiveram presentes na reunião a gestora do Programa Pacificar, Jenyfer M. P. Leal e os multiplicadores do Pacificar Diácono Flávio Binder; Dr. Áureo Simões Junior; Professora Dulce Slama Binder; Eloisa Selma Siqueira Lima; Valdeci Pelick e Wilson Tosta.

21/02/2019

Força-tarefa Infância Segura



No dia 21/02, o 2º Vice-Presidente participou do evento que formalizou o início da Força-Tarefa Infância Segura. O Tribunal de Justiça do Paraná, o Governo do Estado, o Ministério Público do Paraná e outras instituições firmaram um pacto para realização da força-tarefa, que visa a integração das políticas públicas dos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde para a proteção da criança, tanto através da prevenção quanto com o acolhimento e o atendimento às vítimas de violência.

Participaram do evento o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Adalberto

Jorge Xisto Pereira, o 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, o Governador do Estado do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior, o Secretário de Estado Ney Leprevost Neto entre outras autoridades.

26/02/2019

2º Vice-Presidente recebe o Coordenador da Clínica de Direito e Arte da UFPR



O Desembargador José Laurindo de Souza Netto recebeu, no dia 26/02, o Professor Marcelo Conrado, Coordenador da Clínica de Direito e Arte da Universidade Federal do Paraná, e sua equipe, para debater sobre possíveis ações conjuntas entre o Judiciário e a Clínica de Direito e Arte. O objetivo é promover o resgate da cidadania através da inclusão social em atividades de arte e cultura, tendo em vista que as políticas públicas voltadas à afirmação da cidadania são de competência da 2ª Vice-Presidência do Tribunal, por delegação da Presidência.

Na ocasião, o 2º Vice-Presidente apresentou também o grupo de trabalho que ficará responsável pela interlocução institucional e pela apresentação de resultados.

28/02/2019

Operação Litoral 2019



No dia 28/02, o 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, declarou aberta oficialmente a 2ª etapa da Operação Litoral de 2019. Na ocasião, ressaltou a importância da iniciativa para uma aproximação do Poder Judiciário com os jurisdicionados e o aspecto educativo da operação.

A iniciativa da 2ª Vice-Presidência objetiva promover a prestação jurisdicional e orientar os cidadãos nas praias paranaenses no período do Carnaval, mais especificamente em Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná (Balneário de Ipanema), no período de 28/02 a 07/03, e na Ilha do Mel, de 28/02 a 05/03.

Durante a operação, uma equipe do TJPR capacitada para aplicação de técnicas de conciliação e mediação esteve disponível no litoral. Os Fóruns contaram com equipes capacitadas para promover a adequada prestação jurisdicional e orientar os cidadãos sobre os procedimentos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. O Juizado Móvel percorreu todas as Comarcas no período, prestando atendimento geral à população através da divulgação de informações relevantes sobre a operação e o funcionamento dos Juizados e do Poder Judiciário.

Esta edição contou novamente com a participação do Ministério Público do Paraná (MP/PR), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) e das Polícias Militar e Civil do Estado.

A equipe desta edição contou com 29 integrantes, sendo supervisionada pelo Desembargador José Laurindo de Souza Netto, coordenada pelo Juiz de Direito Dr. Anderson Ricardo Fogaça, com o apoio dos servidores Luciana Cristina de Lucena, Felipe Nery Arruda e Hélcio José Vidotti (Secretários da Coordenação), Marcelo Carvalho (Secretário da Supervisão), Rogerio Julio Felicio (Suporte Técnico de TI), Sirlene Grobe Ferreira (Apoio Operacional) e da Psicóloga Aline Pedrosa Fioravante.

Audiências dos Juizados Especiais Criminais

As infrações de “menor potencial ofensivo”, como perturbação do sossego, ameaça, desacato, lesão corporal leve ou uso de drogas foram as mais demandadas. Dentre estas, a perturbação do sossego e o uso de drogas representaram quase que 85% dos casos.

O trabalho conjunto reproduziu aos cidadãos uma ótima impressão no que diz respeito a presença do Juizado Especial no litoral, como órgão de acesso à Justiça. Esse feedback foi colhido pelos integrantes das respectivas equipes, bem como pelo Juizado Móvel durante a prestação dos serviços.

a) Posto de Guaratuba



Atuaram no Posto de Guaratuba a Juíza de Direito Dr^a Débora Demarchi Mendes de Melo e os servidores Paula Luzieti Petreski (Secretária Designada), Evelise Maesima, Antonio Toshio Sato, Isabela Luziane Petreski (Auxiliares de Secretária) e André Trevisani (Oficial de Justiça designado).



b) Posto de Matinhos

Já no Posto de Matinhos atuaram o Juiz de Direito Dr. Cesar Ghizoni e os servidores Oliver Daniel Schwartz Telles (Secretário Designado), Angela Mori Leck, Leonardo Felipe Marques Tiradentes, Stephani Bárbara Breginski (Auxiliares de Secretária), e Edgar Souza da Silva (Oficial de Justiça designado).

c) Posto de Pontal do Paraná (Balneário de Ipanema)



Em Posto de Pontal do Paraná, atuaram o Juiz de Direito Dr. Marcos Antonio Frason e os servidores Ubirajara de Oliveira (Secretário Designado), Mariele Zanco Laismann, Claudia Previdi Motta, Priscila Fatima Dal Bosco Soranzo (Auxiliares de Secretária), e Luiz Carlos de Oliveira (Oficial de Justiça designado).

d) Posto da Ilha do Mel



As audiências na Ilha do Mel foram concentradas no dia 05/03/2019 e atuaram na oportunidade o Juiz de Direito Dr. Anderson Ricardo Fogaça e as servidoras Mariele Zanco Laismann e Priscila Fatima Dal Bosco Soranzo.



Audiências De Custódia

Nesta edição, em uma iniciativa inédita da Presidência do TJPR que contou com a anuência total da Supervisão-Geral da Operação Litoral, foram realizadas Audiências de Custódia na Sede de Matinhos, onde o Juiz de Direito Dr. Cesar Ghizoni, designado para atuar nos Juizados Especiais durante o projeto, também recebeu a designação para atuar nos casos demandados no litoral.

Os presos foram conduzidos até aquele Fórum e, foram analisados 12 casos, sendo 03 de roubo, 01 de furto, 01 de tráfico, 01 porte de arma, 01 de embriaguez ao volante, 04 Lei Maria da Penha e 01 de violência doméstica.



Programa de Alternativas Penais em Prevenção ao uso de Drogas

Os atendimentos de “PAPPUD” realizados tiveram por objetivo proporcionar atividade educativa aos usuários de drogas apreendidos na Operação Litoral.



Os atendimentos em grupo, foram realizados por meio de prática circular, com duração aproximada de uma hora, nas dependências dos Fóruns das Comarcas. De acordo com o perfil do usuário e a interação estabelecida no atendimento, foram fornecidas informações sobre as consequências pessoais e sociais do uso de drogas, além de orientações a respeito de estratégias possíveis e instituições de auxílio e tratamento, levando o indivíduo a identificar fatores de risco e proteção, bem como refletir sobre seu projeto de vida, de forma a efetivar mudanças positivas no comportamento pessoal e social.

A totalidade dos atendidos interagiu de forma solícita e receptiva aos questionamentos e reflexões propostas. Muitos se manifestaram positivamente sobre o procedimento da Oficina e disposição para prosseguir com as mudanças de vida discutidas.

Atuação do Juizado Móvel



O objetivo do Juizado Móvel é aproximar o Poder Judiciário dos cidadãos com informações sobre a Operação Litoral, solução de dúvidas sobre atendimentos governamentais e campanhas de conscientização dos veranistas sobre proteção de crianças e adolescentes, drogas, trânsito, telefones e endereços úteis, entre outras relatadas abaixo, além da importante tarefa de difundir a cultura da paz com a conciliação e mediação de conflitos.

Dentre os trabalhos que a equipe móvel atuou estão: a realização de mediações/conciliações (conflitos de vizinhança, de familiares e de trânsito); abordagens preventivas de perturbação do sossego; esclarecimentos e encaminhamentos necessários (soluções de dúvidas gerais); planfagem com esclarecimentos e explicações sobre o próprio Juizado Móvel, bem como sobre os Juizados Especiais como um todo; campanha de prevenção ao desaparecimento de crianças - identificação de crianças com pulseiras contendo o nome dos pais ou responsáveis; anotações de demandas relevantes relativas à competência da Justiça Estadual, reclamações e possíveis providências, com dados do interessado, telefone e número de autos, se possível; e providências relativas a crianças e adolescentes (ex.: encaminhamentos de situações de risco e encaminhamento à rede de proteção, identificação de crianças (pulseiras), etc.).





Nesta Operação Litoral, foram realizados aproximadamente 850 (oitocentos e cinquenta) atendimentos pelo Juizado Móvel. A dupla de servidores Marcel Tulio e Adriane Garcel, conduziram os trabalhos na Van disponibilizada.



Os números da Operação Litoral

GUARATUBA

Nº de audiências: 57
Audiências realizadas: 57
Transações Penais: 32
Acordos: 05
Valor total destinado a prestação pecuniária: R\$ 13.972,00
PAPPUD: 01
Atendimentos do Juizado Móvel: 400

MATINHOS

Nº de audiências: 62
Audiências realizadas: 62
Transações Penais: 13
Acordos: 10
Valor total destinado a prestação pecuniária: R\$ 1.431,00
PAPPUD: 06
Atendimentos do Juizado Móvel: 350
Audiências de Custódia: 12

PONTAL DO PARANÁ

Nº de audiências: 20
Audiências realizadas: 20
Transações Penais: 07
Acordos: 06
Valor total destinado a prestação pecuniária: R\$ 1.600,00
PAPPUD: 03
Atendimentos do Juizado Móvel: 100

ILHA DO MEL

Nº de audiências: 04
Audiências realizadas: 02

NO TOTAL

Nº de audiências: 143
Audiências realizadas: 141
Transações Penais: 52
Acordos: 21
Remissões: 0
Valor total destinado a prestação pecuniária: R\$ 17.003,00
PAPPUD: 10
Atendimentos do Juizado Móvel: 850
Audiências de Custódia: 12

08/03/2019

2º Vice-Presidência participa do “Seminário Ser Mulher”



A 2ª Vice-Presidência entrou em contato com a ONU-MULHER, para viabilização de convênio com vistas a promoção de ações para a redução das desigualdades de gênero, raça e etnia e colaboração para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Promovido pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná, o seminário foi realizado com o objetivo

de iniciar a discussão sobre como e quando as diferenças de gênero se fazem presentes e são reproduzidas no círculo de atuação do Poder Judiciário, especialmente no acesso à Justiça, na prestação dos serviços jurisdicionais e na sua própria estrutura.

Convidado pela Comissão Organizadora do “Seminário Ser Mulher” para fazer parte da mesa de debates, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto deu ênfase a participação das mulheres no judiciário – enaltecendo o grande trabalho realizado pelas magistradas que atuam na casa, “a magnífica atuação das mulheres no exercício da judicatura tem sido motivo de inspiração para os colegas e motivação para os que almejam a carreira. Podemos dizer que a magistratura feminina paranaense tem sido representada com brilhantismo e esmero. Nos demais seguimentos da sociedade, principalmente junto aqueles órgãos e instituições que cuidam de políticas públicas, a participação das mulheres é de fundamental importância, desse modo será garantido o desenvolvimento de projetos voltados a valorização da mulher e supressão de toda e qualquer iniciativa de cunho discriminatório por desigualdade de gênero”.

13/03/2019

Participação na Sessão solene pelo Brasil e contra a corrupção na Câmara de Deputados



O 2º Vice-Presidente, Des. José Laurindo de Souza Netto, Dr. Frederico Mendes Junior e Dr. Rogério Cunho da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) participaram, em Brasília, da Sessão So-

lene pelo Brasil e contra a Corrupção na Câmara de Deputados.

O pacote anticrime e anticorrupção apresentado ao Congresso no dia 19 de fevereiro, pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, foi o primeiro objeto de trabalho da Frente Ética Contra a Corrupção (FECC) - frente parlamentar mista com atuação em três eixos: fiscalização, legislação e educação.

A fiscalização terá como foco garantir transparência, eficiência e integridade na gestão de recursos públicos. Já o eixo legislação deverá se concentrar na análise das 70 propostas legislativas anticorrupção, que integram um documento produzido por 373 instituições brasileiras, como a Transparência Internacional, o instituto Ethos, o Observatório Social do Brasil, entre outros. Por fim, o eixo educação será voltado a palestras e campanhas ligadas ao combate à corrupção.

14/03/2019

NUPEMEC realiza 1ª Reunião Ordinária de 2019



A 1ª Reunião Ordinária do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC, realizada no dia 14/03, aprovou uma série de programas e projetos estratégicos, relacionados à Política Nacional de Tratamento Adequado aos Conflitos de Interesse, instituída pela Res. 125/2010 do CNJ.

Destaque para o projeto piloto do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis, de autoria do Des. José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR e Presidente do NUPEMEC. O Sistema tem por objeto infrações de natureza criminal e busca resgatar o caráter terapêutico das prestações sociais alternativas, em especial da prestação de serviços à comunidade, ao invés da mera aplicação de penas pecuniárias.

“O Sistema de Aplicação de Medidas Socialmen-

te Úteis visa combater a banalização das prestações pecuniárias e das penas de multa, resgatando o caráter terapêutico e restaurativo da prestação de serviços à comunidade e conta com a participação dos mais diversos atores do Sistema de Justiça Criminal: Poder Executivo (Municipal e Estadual), Agências de Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos da Comunidade e demais Organizações da Sociedade Civil Organizada”, destacou o Des. JOSÉ LAURINDO.

Além disso, foi aprovado o Regimento dos Cursos de Justiça Restaurativa com 03 propostas de capacitação, a certificação do CEJUSC Criminal de acordo com o Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis e a minuta de alteração que inclui um Juiz Coordenador de CEJUSC Criminal na composição do NUPEMEC (expediente que será apreciado oportunamente pelo OE).

Os demais expedientes aprovados versaram sobre certificação de CEJUSCs do interior, proposta de remuneração para os quadros de terceiros facilitadores do CEJUSC e a atualização do Regimento dos Cursos de Mediação Judicial do NUPEMEC.

19/03/2019 **Encontro de Magistrados em Cascavel**



Em viagem ao interior do Estado, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto esteve em Cascavel reunindo-se com magistrados da região. O objetivo é trocar experiências e informações sobre a nova gestão da 2ª Vice-Presidência, bem como sobre o trabalho desenvolvido nos Juizados Especiais e Cejuscs da Comarca.

O encontro aconteceu no dia 19/03, e contou com a presença dos Juizes: Pedro Ivo Lins Moreira, Phelipe Müller, Gabrielle Britto de Oliveira, Leonardo Ribas Tavares, Filomar Helena Perosa Carezia, Fernanda Consoni, Sandra Regina Bittencourt Simoes, Fabricio Priotto Mussi, Rosaldo Elias Pacagnan, Valmir Zaias Cosechen, Jaqueline Allievi, Eduardo Villa Coimbra Campos, Claudia Spinassi, Nicia Kirchkein Cardo-

so e Osvaldo Alves da Silva.

Ao final da reunião o Desembargador ainda acompanhou os magistrados numa visita às obras de instalação do novo Cejusc de Cascavel.

19/03/2019 **Convênio com o PROCON de Cascavel**



Ainda no roteiro de viagem ao interior do Estado, no dia 19/03, o 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, foi recebido pelo Prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, para celebrar um termo de cooperação por meio do qual o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMC) do TJPR e a Prefeitura de Cascavel estabelecem cooperação interinstitucional visando o acesso à Justiça e a construção de uma cultura de paz social com métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades de cidadania no âmbito do Procon.

O projeto tem por objetivo aperfeiçoar o sistema de tratamento de conflitos consumistas, com a instalação de uma extensão do Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) na unidade do Procon da região. Para tanto será realizada a capacitação dos colaboradores em mediação judicial e a realização de sessões de mediação e conciliação, com a supervisão direta do juiz coordenador do Cejusc. Cascavel é a segunda cidade do Paraná a formalizar o convênio com o TJ. A primeira foi Maringá, em fevereiro deste ano.

Ainda durante o encontro, foram discutidas formas de articulação entre o TJPR e o Poder Executivo Municipal de Cascavel para desenvolvimento de medidas socialmente úteis.

Convênio com a UNIVEL

Finalizando a visita à cidade, o Desembargador ainda esteve na sede do Centro Universitário de Cascavel (UNIVEL), para a celebração de um Acordo de Cooperação com o Núcleo Comunitário de Práticas

Restaurativas do TJPR. O objetivo do acordo é possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos, com a viabilização de cursos de capacitação em Justiça Restaurativa.

Ao final do evento o magistrado ainda conheceu o Cejusc instalado dentro da universidade, que é considerado modelo de gestão para outras extensões.

19/03/2019 **Primeiro Núcleo de Mediação Comunitária do Estado é criado no 19º Batalhão da Polícia Militar em Toledo**



Iniciativa realizada por meio da 2ª Vice-Presidência do TJPR, se caracteriza por uma forma de trabalho integrado da Polícia Militar e do Poder Judiciário para garantir mais cidadania e uma Justiça mais próxima do cidadão.

Com o objetivo de resolver pequenos conflitos sem a necessidade de abertura de processos judiciais, foi criado o primeiro Núcleo de Mediação Comunitária, NUPEMEC, em Toledo. O núcleo, instalado dentro do 19º Batalhão da Polícia Militar, conta com policiais treinados, capazes de atuarem como mediadores de conflitos.

Dessa maneira, casos como briga de vizinhos e perturbação de sossego, por exemplo, poderão ser resolvidos rapidamente, sem a abertura de processo. Além disso, a própria PM se beneficia do trabalho garantindo uma resposta imediata à comunidade, além de prevenir o surgimento de novas ocorrências semelhantes.

O Núcleo foi desenvolvido pelo Cejusc da região, coordenado pelo Juiz de Direito, Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, que propôs à PM local o desenvolvimento de um trabalho integrado com o Poder Judiciário. Para tanto, onze policiais militares foram capacitados como mediadores judiciais, seguindo todas as reco-

mendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para o magistrado Rodrigo, esse projeto reforça os vínculos entre a sociedade, a Polícia Militar e o Poder Judiciário. “A criação do NUPEMEC celebra a parceria do Poder Judiciário com a PM, trabalhando juntos na efetiva pacificação social. Além disso, oportuniza que a polícia exerça suas próprias funções de maneira mais assertiva, não se limitando em atender a ocorrência e encaminhá-la ao Poder Judiciário, que acaba por aplicar uma sanção que não vai gerar o apaziguamento daquelas relações. Com esse Núcleo a própria polícia pode oferecer ao cidadão a possibilidade de, numa sessão de mediação, resolver o seu conflito, dando uma resposta efetiva e significativa, aproximando-se do cidadão, fortalecendo os vínculos comunitários entre as pessoas”, relata o juiz.

A inauguração do NUPEMEC foi realizada na terça-feira, dia 19/03, na sede do 19º Batalhão da PM de Toledo, e contou com a presença do 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto. O magistrado destacou a importância da iniciativa: “A Comarca de Toledo se sobressai com a instalação do primeiro NUPEMEC do Estado. A formação de um policial instrutor é de extrema relevância para a expansão das práticas autocompositivas no campo do processo penal. A PM é a primeira a ter contato com o conflito, e agora pode colaborar com o processo de mediação, emancipando os indivíduos para que solucionem seus problemas de forma autônoma”.



Medalha de Reconhecimento



Ao final da cerimônia o Desembargador José Laurindo ainda foi agraciado com uma moeda comemorativa do 19º Batalhão de Polícia Militar. Inspirada na tradição militar das “challenge coins”, a moeda simboliza a honra e o orgulho em servir à Pátria e é entregue a autoridades e personalidades que demonstrem interesse e comprometimento à causa da segurança pública.

20/03/2019

2º Vice-Presidente celebra acordo de cooperação com 6 instituições de ensino superior de Foz do Iguaçu



No dia 20/03, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, esteve em Foz do Iguaçu, no Tribunal do Júri do Fórum, realizando uma cerimônia de celebração de 6 acordos de cooperação com instituições de ensino superior: a Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA, a Faculdade de Foz do Iguaçu – FAFIG, a Sociedade de Educação Três Fronteiras – UNIFOZ, o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC, o Centro Universitário União das Américas – UNIAMÉRICA e a AEI Ensino Superior de Iguaçu – CESUFOZ.

Os convênios são fruto de uma ampla articulação entre a Coordenação do CEJUSC da Comarca com a comunidade acadêmica local, que ganha contornos institucionais e garante a instalação de exten-

sões pré-processuais do CEJUSC em cada uma das instituições.

A partir desses convênios, considerados a maior articulação conjunta com a academia para viabilização da cultura de paz já realizada no Estado, a população da cidade contará com novos postos de atendimento para resolução de seus conflitos.

Os representantes das instituições ainda participaram de uma reunião técnica, com servidores do Tribunal de Justiça, para receberem orientações sobre questões operacionais das novas extensões do CEJUSC.

21/03/2019

2ª Vice-Presidência visita FAS



No dia 21/03, uma equipe da 2ª Vice-Presidência esteve na sede da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), para apresentação de alguns projetos e medidas socialmente úteis.

Na ocasião o 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, foi recebido pelo presidente da instituição, Dr. Thiago Kronit Ferro, a Superintendente, Dra. Veronice Vieira de Lara Hayashida, a Assessoria de Planejamento, Roberta Cristina Pivatto Borges de Mello e a Diretora de Proteção Social Especial Aline Javonirk.

21/03/2019

Formação de novos facilitadores do Programa “Pacificar é Divino”

No dia 21/03 foi realizada uma cerimônia para entrega dos certificados aos 16 novos facilitadores do Pacificar. O evento foi realizado na Cúria Metropolitana de Curitiba (salão nobre), tendo o curso sido ministrado pela equipe da Arquidiocese de Curitiba.

Estiveram presentes na cerimônia a gestora do Programa Pacificar, Jenyfer M. P. Leal, os multiplicadores do Pacificar Diácono Flávio Binder; Dr. Áureo Simões Junior; Professora Dulce Slama Binder, dentre

outros participantes.



22/03/2019

2ª Vice-Presidência realiza parceria com o Museu Oscar Niemeyer



O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio de sua 2ª Vice-Presidência, formalizou uma parceria com o Museu Oscar Niemeyer (MON), com o objetivo de garantir aos Magistrados, Servidores e seus familiares, acesso à cultura e arte.

A assinatura do documento foi realizada no dia 22/03, no MON, com a presença do Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, e a Diretora-Presidente do Museu, Sra. Juliana Vellozo Almeida Vosnika.

Além de garantir o acesso de magistrados e servidores, a parceria também vai contribuir com projetos de Cidadania desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência.



27/03/2019

2ª Vice-Presidência representa o TJPR em Simpósio Nacional sobre práticas em solução de conflitos



Nos dias 27 e 28 de março, foi realizado, na sede do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Territórios (TJDFT), em Brasília, o II Simpósio Nacional de Melhores Práticas em Solução de Conflitos. O encontro tem como objetivo disseminar a cultura da desjudicialização e demonstrar como determinadas iniciativas podem ter efeitos positivos atuais e futuros na sociedade para a resolução de conflitos. O Simpósio é uma iniciativa do TJDFT, da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O evento contou com a presença de magistrados de todo o país, além dos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Daldice Santana, Valtércio Ronaldo de Oliveira e André Godinho, da Secretária Nacional de Justiça, Maria Hilda Marsiaj Pinto, e do Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm. O Tribunal de Justiça do Paraná foi representado pelo juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJPR, Anderson Ricardo Fogaça, que ministrou a palestra “Sistema de aplicação de medidas socialmente úteis com enfoque restaurativo como substituto penal”.

Parceria entre TJPR e SENACON



Além de participar do evento, o juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJPR, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, ainda aproveitou a viagem para realizar uma visita ao gabinete do secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm. No encontro foram tratados detalhes sobre o Acordo de Cooperação Técnica que será celebrado entre o NUPEMEC do TJPR e a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o intuito de garantir a expansão nacional do projeto do Cejus/Procon, de autoria da 2ª Vice-Presidência do TJPR, e já em atividade nos Procons de Maringá e Cascavel.

27/03/2019

Adolescentes do Programa Jovens Promissores realizam visita ao MON

No dia 27/03, 31 adolescentes participantes do Programa Jovens Promissores, desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, realizaram uma visita guiada ao Museu Oscar Niemeyer. O passeio foi a primeira atividade da parceria firmada entre o TJPR e o MON, com o objetivo de garantir aos Magistrados, servidores e integrantes de programas desenvolvidos pelo Tribunal acesso à cultura e arte.



02/04/2019

2ª Vice-Presidência do TJPR e Ministério da Justiça firmam acordo para incentivar medidas de solução de conflitos na área do consumo

Nesta terça-feira (2/4) foi assinado, num evento realizado no Auditório Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) um Termo de Cooperação entre o TJPR, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).



O acordo foi assinado pelo 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e pelo Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm, com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, em razão do sucesso de iniciativas implementadas nos dois órgãos, que buscam um meio adequado de solução de conflitos na área do direito do consumidor.

Finalizando o evento, o Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm, ainda proferiu uma palestra sobre a plataforma Consumidor.gov.

03/04/2019

Jovens Promissores visitam o 20º BIB



No dia 03/04, adolescentes do Programa Jovens Promissores, desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, realizaram uma oficina no 20º Batalhão de Infantaria Blindada. Além de conhecerem as dependências do Batalhão, os participantes ainda foram recebidos com uma palestra sobre as funções dos militares e andaram nos veículos blindados do exército.

O grupo de jovens integra a 10ª e 11ª turmas de Curitiba, e a 3ª turma do programa desenvolvido no município de Ibaiti.

04/04/2019

2ª Vice-Presidente do TJPR concede entrevista à BAND sobre os Juizados Especiais do Paraná



Falando sobre o trabalho e os projetos desenvolvidos nos Juizados Especiais do Paraná, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto, Supervisor Geral do Sistema de Juizados Especiais do Paraná, concedeu uma entrevista à rede Bandeirantes de Televisão.

A matéria foi veiculada no dia 04/04, no Programa Band Cidade 1ª Edição.

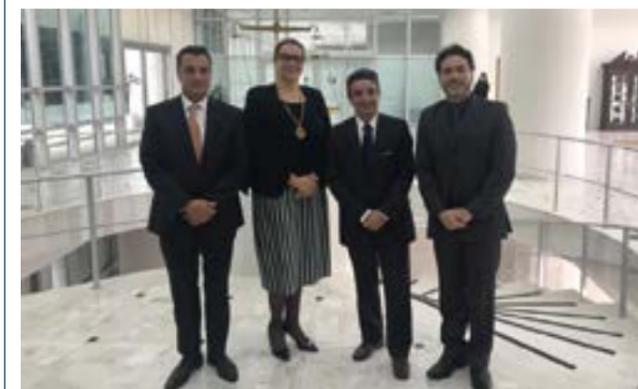
08/04/2019

TJPR recebe visita do Cônsul do Canadá



O Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira e o 2º Vice-Presidente, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, receberam, no dia 08/04, o Cônsul-Geral do Consulado do Canadá, Dr. Stéphane Larue, no Tribunal de Justiça do Paraná.

A visita foi realizada com o objetivo de estreitar laços entre o TJPR e o Consulado do Canadá, bem como apresentar iniciativas ligadas à Justiça Restaurativa. Na sequência, a comitiva do Canadá ainda visitou a comarca de Ponta Grossa para conhecer os projetos de Justiça Restaurativa capitaneados pela Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz, em especial nos feitos afetos a competência de violência doméstica.



09/04/2019

2ª Vice do TJPR participa de lançamento de um novo serviço de assistência jurídica e psicossocial às vítimas de crimes violentos



Representando o Tribunal de Justiça do Paraná, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, participou no dia 09/04, do evento de lançamento de um novo serviço de atendimento ao público destinado a prestar assistência jurídica e psicossocial a pessoas que foram vítimas de crimes violentos. A apresentação, realizada pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, por meio do Núcleo de Política Criminal e Execução Penal (NUPEP), foi realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Na ocasião, o 2º Vice-Presidente do TJPR assinou um acordo de cooperação técnica com a Defensoria, visando o aprimoramento de atividades relativas à aplicação de medidas socialmente úteis como substitutivos penais.

Os atendimentos às pessoas que foram vítimas de crimes serão feitos diariamente com o agendamento e encaminhamento para o NUPEP, na nova sede central da instituição. O atendimento inicial focará na prestação de informações e esclarecimentos jurídicos,

podendo haver o encaminhamento para atendimento psicológico e ao setor cível para possível ação indenizatória. Sempre que viável e caso seja a vontade dos envolvidos, serão organizadas também práticas de mediação e justiça restaurativa, que envolvem encontros diretos ou indiretos entre ofensores e ofendidos, em parcerias com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público e com o Poder Executivo do Estado do Paraná.

09/04/2019
Comitê de JR se realiza reunião com o Presidente do TJ



No dia 09/04, o Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, recebeu o 2º Vice-Presidente, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e os membros do Comitê de JR: Dr. Anderson Ricardo Fogaça, Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, Dra. Laryssa Copack e o Dr. Diego Santos Teixeira, para apresentar informações relativas ao trabalho desenvolvido pelo comitê.

Na oportunidade, foram apresentados dados estatísticos sobre a implementação da política de justiça restaurativa no Estado do Paraná, especialmente os projetos desenvolvidos em Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Cascavel, Guarapuava e em Curitiba, no CEJUSC Criminal.

Discutiu-se, também, o planejamento estratégico dos programas e projetos que serão desenvolvidos nessa gestão, com destaque para o Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis como Substituto Penal e para os projetos pedagógicos dos cursos de formação de facilitadores em Justiça Restaurativa.

10/04/2019
2ª Vice-Presidência homenageia Desembargador Osiris Antonio de Jesus Fontoura batizando Sala do CEJUSC com seu nome



A sala de espera do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Cível de Curitiba (CEJUSC) recebeu, oficialmente, o nome do Desembargador Osiris Antonio de Jesus Fontoura. A homenagem foi prestada ao magistrado devido aos relevantes serviços prestados à Justiça.

Compareceram à cerimônia de descerramento da placa, realizada no dia 10/04, o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira; o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador José Augusto Gomes Aniceto; o 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto; os Desembargadores Lidia Maejima e Rubens Oliveira Fontoura (filho do homenageado); a Coordenadora do CEJUSC, Juíza Vanessa Jamus Marchi; Juízes Auxiliares Cesar Ghizoni (Presidência TJPR) e Anderson Fogaça (2ª Vice-Presidência); membros da família e amigos do homenageado.



15/04/2019
Inauguração da Clínica Jurídica da UniCesumar



Representando o 2º Vice-presidente do TJPR, Des. José Laurindo de Souza Neto, o assessor da 2ª Vice-Presidência, Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça e a coordenadora do CEJUSC da Comarca de Maringá, Dra. Carmem Lúcia Rodrigues Ramajo, participaram da inauguração da Clínica Jurídica do curso de Direito da UniCesumar.

O projeto garante aos acadêmicos a prática real desde o primeiro ano da graduação e oferece atendimento à comunidade. Também participaram da solenidade o reitor da UniCesumar, professor Wilson de Matos Silva, o presidente da Mantenedora Cesumar, Claudio Ferdinandi, a presidente da OAB Maringá, Ana Cláudia Pirajá Bandeira e a secretária de Assistência Social de Maringá, Marta Regina Kaiser.

15/04/2019
2ª Vice-Presidência realiza tratativas para firmar parceria com a Assembleia Legislativa do Paraná



No dia 15/04, o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, e a assessora da 2ª Vice, Janaína Guimarães Sa, foram recebidos pelo Diretor Legislativo e diretor da Escola do Legislativo, Dr. Dylliardi Alessi; pela Coordenadora Pedagógica da escola, Roberta Picussa e pela Coordenadora Administrativa da escola, Francis Fontoura, para tratar do projeto Rolê Cívico.

A iniciativa pretende aproximar o poder judiciário dos estudantes de direito com a realização de visitas às dependências do Tribunal de Justiça do Paraná. Por meio da parceria a ser firmada com a Escola do Legislativo, o projeto ganha a adesão da Assembleia Legislativa, que também receberá os estudantes para uma visita guiada.

24/04/2019
Programa de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis é discutido com Superintendentes de Secretarias Municipais



No dia 24/04 realizou-se uma reunião de trabalho entre a Assessoria da 2ª Vice-Presidência, Superintendentes responsáveis por diversas secretarias municipais, entre elas: educação, defesa social, obras públicas, bem como por representante da Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS. A reunião foi conduzida pelo Dr. Anderson Ricardo Fogaça, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, e pela Dra. Rosa Marisa, Subprocuradora-Geral do Município de Curitiba.

Na oportunidade, as tratativas para implementação do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis avançaram com a definição dos fluxos iniciais de trabalho e alguns conteúdos específicos.

24/04/2019
2ª Vice-Presidência recebe autoridades da PUC-PR



A 2ª Vice-Presidência do TJPR realizou, no dia 24/04, uma reunião com representantes da Universidade Pontifícia Católica, PUC-PR, para tratar de assuntos relativos ao Fórum Descentralizado do Cajuru, localizado no Núcleo de Prática Jurídica da universidade.

Na ocasião o 2º Vice-Presidente, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, recebeu o Decano da PUC, Dr. Eduardo Oliveira Agostinho, os Coordenadores de Graduação e Prática Jurídica da Instituição, Dr. Antonio Claudio Kozikoski Junior e Dr. Thiago Kaspchak, e também a Juíza Coordenadora do Fórum Descentralizado, Dr.ª Letícia Guimarães.

O ato teve como finalidade proporcionar uma maior interação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a PUC/PR, em razão do termo de convênio firmado entre as partes, buscado o aprimoramento das ações desenvolvidas. Com isso espera-se proporcionar uma melhor formação humana e social aos estudantes que atuam no núcleo, além de contribuir com a melhoria no atendimento prestado para a comunidade atendida pela estrutura.

24/04/2019 **Representantes da Universidade Estadual de Londrina são recebidos pela 2ª Vice-Presidência**



No dia 24/04, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR e Presidente do NUPEMEC, acompanhado do Juiz Auxiliar – Dr. Anderson Ricardo Fogaça, receberam o Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Prof. Doutor Sérgio Carlos de Carvalho e do Procurador da Universidade, Dr. Miguel Etinger de Araujo Junior. Durante a pauta da visita fora tratado sobre o Programa das Medidas Socialmente Úteis e a participação ativa das Universidades no desenvolvimento de atividades visando a utilização dos métodos adequados de solução de conflito.

29/04/2019 **Palestra sobre mediação é realizada no TJPR**



No dia 29/04, a 2ª Vice-Presidência do TJPR promoveu uma palestra sobre o tema: “Mediação: os novos paradigmas de transformação de conflitos”, para mediadores e conciliadores judiciais, acadêmicos e profissionais do direito com o palestrante Dr Adolfo Braga, especialista em mediação e arbitragem.

A palestra, realizada com o apoio da Escola da Magistratura do Paraná (Emap) e do Comitê de Capacitações do TJPR, contou com a presença do 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e do Juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, Coordenador do Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões de Curitiba, Dr. André Carias de Araújo.

30/04/2019 **Projeto CEJUSC da Fazenda começa a ser discutido com a Secretaria da Fazenda do Paraná**



No dia 30 de abril de 2019, o Desembargador José Laurindo de Souza Netto,, acompanhado do Desembargador Fábio Haick Dalla Vecchia e do Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, receberam o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Dr. Renê de Oliveira Garcia Júnior. Durante a reunião foi apresentado o projeto CEJUSC da Fazenda, que consiste no planejamento e na execução

de ações que envolvam a conciliação fazendária, com o objetivo de promover a realização de conciliações no âmbito pré-processual, afetas à área fiscal, sob a coordenação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), visando atender o disposto na Meta 5/2017, do Conselho Nacional de Justiça.

02/05/2019 **ACGB desenvolve parceria com a 2ª Vice-Presidência**

A 2ª Vice-Presidência esteve reunida com a Diretora da Associação de Condomínios Garantidos do Brasil (ACGB), Deisi Fonseca, para tratar de um projeto com pichadores. A ACGB já desenvolve um trabalho excelente com a revitalização de espaços urbanos e será parceira da 2ª Vice-Presidência nas ações que serão implementadas durante os próximos meses.

03/05/2019 **Representantes da Guarda Municipal são recebidos pela 2ª Vice-Presidência**



No dia 03/05, o 2º Vice-Presidente do TJPR, Des. José Laurindo de Souza Netto, recebeu a equipe do Gabinete de Gestão Integrada da Guarda Municipal de Curitiba, formada pelos agentes Paulo Fonseca e Sicarlos Pereira Sampaio. Na oportunidade, foram discutidos temas da área de segurança pública e traçado um projeto para implementação do programa com pichadores.

07/05/2019 **TJPR e ALEP firmam parceria para realizar projeto Rolê Cívico Paranaense**

No dia 07 de maio, o 2º Vice-Presidente do TJPR, Des. José Laurindo de Souza Netto, e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano, firmaram um Termo de Cooperação para implementação do projeto “Rolê

Cívico Paranaense”.

A iniciativa tem como objetivo aproximar os acadêmicos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo estaduais. Por meio dela, estudantes universitários de todo o estado terão a oportunidade de conhecer o funcionamento de cada um dos Poderes em visitas guiadas nas dependências das instituições e, ainda, terão acesso a materiais audiovisuais educativos. O objetivo é fornecer aos estudantes dados a respeito do histórico e do funcionamento do Poder Público.



07/05/2019 **TJPR e Secretaria de Estado da Segurança Pública realizam parceria para promover intercâmbio de capacitações**



O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná firmou cooperação técnico-institucional com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná, para intercâmbio de capacitações entre os servidores.

Por meio de acordo, o TJPR promoverá cursos de capacitação em Práticas Restaurativas e Cultura de Paz à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, e irá colaborar, por intermédio da Escola de Servidores da Justiça Estadual (ESEJE), para o aprimoramento dos cursos de aperfeiçoamento dos membros da PMPR.

Em contrapartida, os dois órgãos de seguran-

ça pública irão contribuir para a criação e o desenvolvimento de um curso de brigadas de incêndio e para a formação de brigadas nas unidades judiciárias. Também haverá a disponibilização ao TJPR dos cursos já ofertados pela Polícia Militar nas áreas de Prevenção de Incêndio, Socorros de Urgência, Segurança Comportamental e Arquitetura de Segurança.

08/05/2019 **Secretário de Educação é recebido pelo 2º Vice-Presidente do TJPR**



O 2º Vice-Presidente do TJPR e o Secretário de Educação do Paraná, Renato Feder, reuniram-se para alinhar um trabalho de capacitação em Justiça Restaurativa na rede estadual de ensino, visando a pacificação social no ambiente escolar.

Além do Desembargador e do Secretário de Estado, participaram da reunião o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, o Superintendente de Governança do Governo do Estado do Paraná, Phelipe Mansur, e os assessores da 2ª Vice-Presidência, Mariele Zanco, Luiz Antonio Ferreira e Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça.

09/05/2019 **I Simpósio do Programa Pacificar é Divino reúne centenas de pessoas em prol da Pacificação Social**

No dia 09/05, foi realizado o I Simpósio do Programa Pacificar é Divino, promovido pela 2ª Vice-presidência do TJPR. Com uma programação composta por palestras de especialistas em mediação, além da participação de diversos líderes religiosos, o evento reuniu mais de 200 pessoas.

Participaram do evento o Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, o 1º Vice-Presidente, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, o 2º Vice-Presidente, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, além de outros magistrados e autoridades.



13/05/2019 **2ª Vice-Presidência participa de Seminário sobre Violência nas Escolas**



No dia 13/05, o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, participou do Seminário Sobre Violência nas Escolas, realizado no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Promovido por iniciativa da deputada Luciana Rafagnin (PT), o evento tem como objetivo promover uma ampla articulação entre os poderes Legislativo e Judiciário para a implementação do Programa Mediação Escolar no Estado do Paraná.

Na ocasião, o magistrado expôs sobre o Programa, quanto à importância das práticas restaurativas na gestão dos conflitos no âmbito escolar, bem como uma reflexão acerca dos principais desafios para a educação.

13/05/2019 **TJPR e Prefeitura de Curitiba se unem para aplicar medidas socialmente úteis**

No dia 13 de maio, o Tribunal de Justiça do Pa-

raná (TJPR) e a Prefeitura Municipal de Curitiba celebraram um acordo que permitirá a implementação do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis em casos de crimes de menor potencial ofensivo.

O sistema pretende utilizar a metodologia de círculos restaurativos para aplicar penas com efeito pedagógico sobre o infrator, trazendo, assim, benefícios diretos para a comunidade. Esse método substituiria, por exemplo, a aplicação da pena de multa, que não tem tanto impacto na consciência do indivíduo a respeito do delito cometido.

O documento, assinado pelo Prefeito e pelo 2º Vice-Presidente do TJPR, tem validade de 60 meses e prevê o uso da estrutura administrativa do município e sua rede de proteção social para o desenvolvimento da iniciativa. O Tribunal será responsável por fomentar a aplicação das medidas e por medir a eficácia da ação.



14/05/2019 **TJPR e Governo do Estado firmam convênio para implementação do Projeto “Rolê Cívico Paranaense”**



No dia 14 de maio de 2019, o Des. José Laurindo de Souza Netto, firmou convênio com o Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Guto Silva, para execução do projeto “Role Cívico Paranaense”. A iniciativa tem por objetivo levar acadêmicos do curso de direito para conhecer os três poderes do Estado do Paraná. Além do Desembar-

gador e do Secretário, participaram da solenidade o Vice-Governador do Estado do Paraná, Darci Piana, o Desembargador Celso Jair Mainardi, o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, e a Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência, Janaina Guimarães Sá.

15/05/2019 **Programa “Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola” recebe alunos da escola especial Nilza Tartuce**



O Tribunal de Justiça do Paraná recebeu a visita de 54 alunos da Escola Nilza Tartuce que possuem deficiência intelectual e múltipla, com idades entre 10 e 15 anos. As atividades fazem parte do Programa “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola”, desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR.

No Palácio da Justiça, eles tiveram a oportunidade de conhecer o gabinete da Presidência do TJPR, o Museu da Justiça e o Tribunal Pleno. Durante a visita os estudantes conheceram um pouco mais sobre funcionamento do 2º grau de jurisdição do TJPR com a explanação do Juiz Carlos Alberto Ritzmann. “Procuramos transformar tudo isso em um linguajar simples para que eles possam compreender qual é a importância do Tribunal e o que fazem as pessoas que estão aqui”, pontuou.

Para a Coordenadora Pedagógica da escola, Patrícia Verona de Freitas, os resultados do projeto entre os estudantes têm sido surpreendentes. “Eles estão conseguindo pegar toda a parte técnica que está sendo passada através da Cartilha e das visitas, e transportar para as vivências deles. Eles têm participado bastante, têm trazido muitas dúvidas e fazem um paralelo com a vida deles de forma bem positiva.”

15/05/2019 **Homenagem ao conciliador e Juiz Leigo Soli Roque Zandonai**

O 2º Vice-Presidente, Des. José Laurindo de

Souza Netto, homenageou o Conciliador e Juiz Leigo, Dr. Soli Roque Zandonai, no dia 15 de maio de 2019, com uma placa fixada no saguão dos Juizados Especiais de Curitiba. A homenagem, proposta pelo Des. Luiz Carlos Xavier, pretende dar reconhecimento a sua cooperação na prestação jurisdicional e no fomento da Pacificação Social.

O Dr. Soli Roque Zandonai atuou desde 1983 nos Juizados Especiais de Curitiba, dedicando mais de 30 anos à prestação jurisdicional.



15/05/2019 Des. José Laurindo de Souza Netto recebe homenagem do Secretário da Justiça



Em evento realizado no Teatro Guaira, o Des. José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, recebeu homenagem pelos relevantes serviços prestados em prol da justiça, cidadania e da defesa dos direitos fundamentais das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social.

Dentre outras autoridades, também receberam homenagens o Presidente do TJPR, Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira, o Des. Ruy Muggiati e a Des. Lidia Maejima.

15/05/2019 TJPR e SEJUF firmam convênio para aplicar o Sistema de Medidas Socialmente Úteis



Durante a celebração do Dia Mundial da Família, no Teatro Guaira, o Presidente e o 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargadores Adalberto Jorge Xisto Pereira e José Laurindo de Souza Netto, assinaram um protocolo de intenções de mútua cooperação com o Secretário de Justiça, Família e Trabalho, Ney Leprevost, para o aprimoramento das atividades relativas ao sistema de aplicação de medidas socialmente úteis como substitutivo penal, com enfoque restaurativo, em substituição à mera aplicação de prestação pecuniária e multa de privação ou restrição de liberdade.

O objetivo é resgatar o caráter terapêutico e restaurativo das penas e medidas alternativas e oferecer melhores perspectivas de reintegração social, responsabilização dos autores de fatos criminosos, redução efetiva das taxas de reincidência, participação do ofendido no processo de aplicação das medidas e maior participação de outros atores na implementação do sistema.

17/05/2019 NUPEMEC realiza capacitação de Instrutores de Medição Judicial

Depois de cinco anos de intervalo, foi realizado no Paraná o curso de Instrutores em Mediação Judicial. A capacitação ocorreu no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum Cível de Curitiba e contou com 16 participantes paranaenses, um de São Paulo e cinco magistrados de Santa Catarina. Com a realização desse curso, o Tribunal de Justiça do Paraná ganha um importante reforço na capacitação de novos mediadores judiciais para atuar

nos CEJUSCs e nos Juizados Especiais, quase dobrando o tamanho da equipe de instrutores, que passará de 19 para 35.

A capacitação foi organizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPR com gerenciamento do CNJ após um pedido protocolado em Brasília pela 2ª-Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná.



17/05/2019 1º Encontro da Saúde de 2019

O 1º Encontro da Saúde de 2019 foi realizado no auditório do Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). O evento, direcionado para profissionais da área jurídica e médica, foi coordenado pela Desembargadora Vilma Régia Ramos de Rezende, com apoio da 2ª Vice-Presidência do TJPR e da Emap.

A 2ª Vice-Presidência vem trabalhando em uma série de projetos que visam o melhor manejo das ações que envolvem saúde, tanto no âmbito pré processual, quanto no processual, para garantir maior celeridade e eficiência a este tipo de demanda.



18/05/2019 Programa Pacificar é Divino participa da Marcha para Jesus

No dia 18/05, a equipe da 2ª Vice-Presidência do TJPR, composta pelas assessoras Jenyfer M.P. Leal e Juliana Brambilla, participou da “Marcha para Jesus” um evento realizado anualmente, que reúne milhares de religiosos no Centro Cívico de Curitiba. A proposta é divulgar os trabalhos desenvolvidos pela iniciativa, que já capacitou cerca de 500 religiosos como facilitadores de resolução de conflitos.

O objetivo do programa é promover a pacificação social e fomentar a cultura da paz por meio do diálogo, através da parceria entre o TJPR e as igrejas, capacitando seus líderes para atuarem como facilitadores de resolução de conflitos em suas comunidades.



18/05/2019 Parceria entre TJPR e MON leva crianças para participarem do Projeto “Uma noite do MON”

O projeto Rolê Cultural, desenvolvido em parceria com o Museu Oscar Niemeyer, levou crianças da ONG Passos da Criança para um passeio diferente. No sábado, dia 18/05, o grupo de crianças foi recebido por uma equipe do Museu para participar do projeto “Uma noite do MON”. O roteiro lúdico incluiu visita guiada, apresentações e oficinas artísticas e culturais, como forma de demonstrar às crianças que o museu pode ser um local divertido para se aprender.

A iniciativa faz parte do projeto Rolê Cultural, de autoria do Des. José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR, que busca a emancipação através da cultura, e envolve crianças e adolescentes.

A parceria entre o TJPR e MON vai possibilitar a interação entre a comunidade e o Museu.



20/05/2019 2º Vice-Presidente é homenageado com Medalha Coronel Sarmiento



O 2º Vice-Presidente do TJPR, Des. José Laurindo de Souza Netto, foi um dos agraciados com a Medalha coronel Sarmiento que é conferida, anualmente, pelo Chefe do Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral, aos que mais se destacaram em favor da causa pública.

A solenidade em homenagem ao Patrono da PMPR, coronel Sarmiento, ocorreu durante uma solenidade na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais. 64 pessoas foram agraciadas com a Medalha que é considerada a maior honraria da Polícia Militar.



23/05/2019 NUPEMEC-PR participa da 21ª Reunião da SENACON



A 21ª Reunião da SENACON, a Secretaria Nacional do Consumidor, com membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, realizada em São Paulo, contou com a participação do Secretário do NUPEMEC do TJPR, Luiz Antonio Ferreira.

O servidor participou do painel que discutia a integração em prol da desjudicialização, abordando a experiência do Paraná de levar o CEJUSC para dentro dos Procons, ressaltando que a experiência aponta para a redução de custos, de tempo e de melhora na resposta efetiva para o cidadão.

Compuseram o painel: a Desembargadora Daldice Santana, Conselheira do CNJ, o Dr. Fernando Meneguim, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da SENACON, Dr. Fernando Capez, Diretor Executivo da Fundação PROCON de São Paulo, e a Dra. Fernanda Vilela Oliveira também da SENACON.

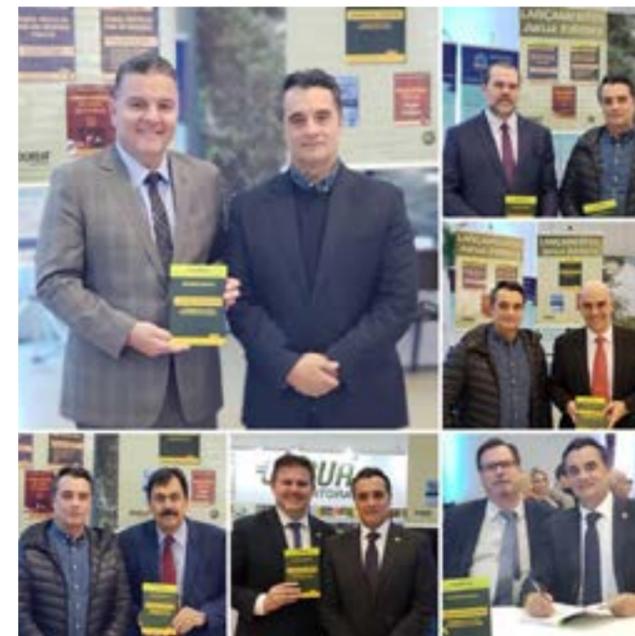
24/05/2019 2º Vice-Presidente participa do ENAJE lançando livro

Durante o VII ENAJE, Encontro Nacional de Juizes Estaduais, o 2º Vice-Presidente do TJPR, Des. José Laurindo de Souza Netto, lançou o livro “Lavagem de Dinheiro”. A apresentação da obra ocorreu durante o segundo dia do encontro, realizado em Foz do Iguaçu.

O livro traz os comentários acerca da Lei

12.683/2012, que atualizou a legislação sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. A obra cita entre as principais alterações da nova lei, a possibilidade de punição para lavagem de dinheiro proveniente de qualquer origem ilícita.

Prestigiaram o evento: Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira, Presidente do TJPR; Min. José Antonio Dias Toffoli, Presidente do STF; Min. Alexandre de Moraes, do STF; Des. Carlos Vieira von Adamek, do CNJ; o Dr. Jaime de Oliveira, Presidente da AMB; e o Dr. Anderson Ricardo Fogaça, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJPR.



27/05/2019 Projeto pretende revitalizar espaços urbanos por meio de medidas socialmente úteis



Um projeto para a revitalização de espaços urbanos por meio de medidas socialmente úteis está sendo elaborado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em parceria com o Poder Executivo, através da Secre-

taria da Justiça, Família e Trabalho, e da Coordenação da Juventude.

O assunto foi tratado durante reunião entre o coordenador da Juventude, Luiz Guilherme Feltrin; o desembargador José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Luiz Gustavo Vidal Pinto, diretor do Museu e da Academia Alfredo Andersen; e o grafiteiro Marciel Conrado, também da Academia Andersen. “Estamos unindo esforços para o fortalecimento do sistema de aplicação de medidas socialmente úteis com enfoque restaurativo e, também reconhecer o grafite e o muralismo como manifestação de valor cultural que revitalizam a paisagem urbana e o patrimônio público ou privado”, disse Feltrin.

28/05/2019 2ª Vice-Presidência se reúne com a Procuradoria Geral do Município de Londrina

O Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Anderson Ricardo Fogaça, e os servidores Mariele Zanco Laismann, Maria Anita dos Anjos e Renato Navarro, participaram de uma reunião com os representantes da Procuradoria Geral do Município de Londrina, o Dr. Carlos Renato Cunha, Gerente de Assuntos Fiscais e Tributários, e o Dr. Marcelo Moreira Candeloro, Gerente de Execução Fiscal. O encontro foi realizado para discutir questões a respeito do projeto de Conciliação Fazendário da 2ª Vice-Presidência. O objetivo do projeto é estimular os métodos alternativos de resolução de conflitos na área fazendária, promovendo a desjudicialização.



28/05/2019

2ª Vice-Presidência prestigia evento que celebrou o primeiro aniversário do aplicativo A.DOT



A 2ª Vice-Presidência do TJPR prestigiou o evento em comemoração aos resultados do aplicativo A.DOT, que completou um ano de funcionamento, no TJPR.

O A.DOT é um aplicativo que conecta crianças e adolescentes em condições de adoção com pretendentes habilitados no Cadastro Nacional de Adoção e dispostos a transformar suas histórias.

30/05/2019

III Encontro Estadual de Justiça Restaurativa

No dias 30 e 31 foi realizado o III Encontro Estadual de Justiça Restaurativa, em Foz do Iguaçu, na sede da Associação Internacional das Américas (UNIAMÉRICA). O Des. José Laurindo de Souza Netto, 2º Vice-Presidente do TJPR e Presidente do NUPEMEC, abriu o evento falando sobre o Sistema de Medidas Socialmente Úteis.

Promovido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, o evento foi realizado com a finalidade de promover a troca de experiências entre juízes e profissionais de várias áreas do Direito, com o objetivo de discutir as políticas públicas referentes à Justiça Restaurativa (JR).



CONVÊNIOS FIRMADOS

Convênio nº 09/2019

UB-UCP Educacional S.A

Vigente

08/02/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade da UB – UCP Educacional S.A.

Magistrado Gestor da parceria

Dr. Luciano Lara Zequinão

Consiste a parceria na criação de extensão de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE da Comarca de Pitanga nas dependências da parceria.

SEI 0077889-27.2018.8.16.6000

Convênio nº 15/2019

Município de Maringá

Vigente

18/02/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, no âmbito da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – doravante PROCON.

Magistrado Gestor da parceria

Dra. Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo

Consiste a parceria na instalação de extensão do CEJUSC de Maringá nas dependências do PROCON Municipal para atendimento aos cidadãos consumidores.

SEI 0009062-27.2019.8.16.6000

Convênio nº 21/2019

União Paranaense de Ensino e Cultura (UNIPEC) mantenedora das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba (FARESC)

Vigente

11/03/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual, processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

Magistrado Gestor da parceria

Dr. Felipe Forte Cobo

Consiste a parceria na instalação de Núcleo de Prática Jurídica e Brinquedoteca das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba.

SEI 0002606-61.2019.8.16.6000

Convênio nº 28/2019

Centro Universitário União das Américas (UNIAMÉRICA)

Vigente

03/04/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade do Centro Universitário União das Américas (UNIAMÉRICA).

Magistrado Gestor da parceria

Dra. Luciana Assad Luppi Ballalai

Consiste a parceria na criação de extensão de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE nas dependências do Centro Universitário Campo Real (UNIAMÉRICA).

SEI 0017297-80.2019.8.16.6000

Convênio nº 22/2019

Centro Universitário Campo Real

Vigente

21/03/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade da Centro Universitário Campo Real.

Magistrado Gestor da parceria

Dra. Rafaela Zarpelon

Consiste a parceria na instalação de extensão do CEJUSC de Maringá nas dependências do PROCON Municipal para atendimento aos cidadãos consumidores.

SEI 0065518-31.2018.8.16.6000

Convênio nº 29/2019

Sociedade de Educação Três Fronteiras (UNIFOZ)

Vigente

03/04/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade da Sociedade de Educação Três Fronteiras (UNIFOZ).

Magistrado Gestor da parceria

Dra. Luciana Assad Luppi Ballalai

Consiste a parceria na criação de extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE nas dependências da Sociedade de Educação Três Fronteiras (UNIFOZ).

SEI 0015666-04.2019.8.16.6000

Convênio nº 30/2019**União (Ministério da Justiça e Segurança Pública e Secretaria Nacional do Consumidor)****Vigente**

05/04/2019

Objeto

Conjuação de esforços entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por intermédio do NUPEMEC, para desenvolver projetos e atividades que objetivam, em especial, auxiliar a articulação entre os diferentes órgãos, em especial auxiliar a condução de instalação de Postos Avançados dos CEJUSCs nas Coordenadoras de Proteção e Defesas do Consumidor – Procons; realizar a divulgação de material educativo incentivando o uso da plataforma Consumidor.gov.br, bem como Eventos com enfoque na adoção de métodos alternativos, com vista a reduzir o número de processos judicializados; divulgar e promover cursos para a capacitação de todos os interessados em compreender as diferentes técnicas adequadas de solução de litígios.

SEI 0025969-77.2019.8.16.6000

Convênio nº 31/2019**Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)****Vigente**

04/04/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Magistrada Gestora da parceria

Dra. Luciana Assad Luppi Ballalai

Consiste a parceria na criação de extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE nas dependências da UNILA.

SEI 0018193-26.2019.8.16.6000

Convênio nº 36/2019**Defensoria Pública do Estado do Paraná****Vigente**

22/04/2019

Objeto

Conjuação de esforços entre o Poder Judiciário e a Defensoria Pública para organização de fluxo e viabilização de práticas de mediação penal e justiça restaurativa no âmbito do Estado do Paraná.

Consiste a parceria no atendimento a vítimas de crimes e articulação de práticas de mediação penal e justiça restaurativa.

SEI 0029845-40.2019.8.16.6000

Convênio nº 33/2019**Núcleo Comunitário de Práticas de Justiça Restaurativas (NCPJR)****Vigente**

02/04/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos, com a viabilização de cursos de capacitação em Justiça Restaurativa, sob a responsabilidade do Núcleo Comunitário de Práticas de Justiça Restaurativa (NCPJR).

Magistrada Gestora de parceria

Dra. Gabrielle Brito de Oliveira

Consiste a parceria na realização de cursos de capacitação em justiça restaurativa para interessados indicados pela Coordenação do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania de Cascavel, para incremento da força de trabalho que irá atuar nos programas e projetos de prática restaurativas promovidos pelo NUPEMEC na Comarca de Cascavel.

SEI 0032654-37.2018.8.16.6000

Convênio nº 44/2019**Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, por meio da Polícia Militar do Estado do Paraná****Vigente**

22/05/2019

Objeto

Cooperação técnico-institucional, visando a implantação de novas práticas aos servidores do Tribunal de Justiça do Paraná, bem como a qualificação do efetivo da Polícia Militar, em quaisquer de suas especialidades, em métodos consensuais de solução de conflitos, especificamente as práticas restaurativas, no desenvolvimento do Curso de formação de Brigadas de Incêndio na modalidade EAD e presencial, bem como no Curso de Capacitação e Sensibilização em Práticas Restaurativas, Cultura da Paz e Mediação.

SEI 0013593-93.2018.8.16.6000

Convênio nº 46/2019**Município de Curitiba****Vigente**

13/05/2019

Objeto

Conjuação de esforços entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo Municipal para execução de programas, projetos e ações alinhados com o Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis como Substitutivo Penal, com vistas a promover a preservação da ordem pública através do resgate das prestações sociais alternativas. As ações de aplicação, fiscalização e acompanhamento das medidas socialmente úteis deverão atender aos princípios da instrumentalidade e da provisoriedade, adotando metodologias que priorizem a autodeterminação responsável da pessoa submetida à medida, utilizando-se, também, da coordenação de equipes multidisciplinares devidamente capacitadas.

SEI 0038265-34.2019.8.16.6000

Convênio nº 45/2019**Município de Cascavel e PROCON Municipal de Cascavel****Vigente**

09/05/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, no âmbito da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON.

Magistrada Gestora de parceria

Dra. Gabrielle Brito de Oliveira

Consiste a parceria na instalação de extensão de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Cascavel nas dependências do PROCON Municipal para atendimento aos cidadãos consumidores.

SEI 0021410-77.2019.8.16.6000

Convênio nº 47/2019**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná****Vigente**

20/05/2019

Objeto

Conjuação de esforços com o escopo de propiciar aos estudantes universitários um contato direto com o Poder Legislativo, de acordo com o Projeto “Rolê Cívico Paranaense”. Com isto, visa-se o aprimoramento da formação dos discentes, além da difusão das informações e valores culturais, a melhora da comunicação institucional e a facilitação do acesso ao Legislativo, seja por intermédio da transmissão do conhecimento acerca do processo legislativo, assim como de sua estrutura interna.

SEI 0038420-37.2019.8.16.6000

Convênio nº 48/2019

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC)

Vigente

29/05/2019

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC).

Magistrada Gestora de parceria

Dra. Luciana Assad Luppi Ballalai

Consiste na parceria na criação de extenso do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE nas dependências da UDC.

SEI 0017620-85.2019.8.16.6000

CONVÊNIOS EM ANDAMENTO

AEI Ensino Superior de Iguaçu Ltda.

Situação

Em andamento

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade do AEI Ensino Superior de Iguaçu Ltda.

Magistrada Gestora de parceria

Dra. Dra. Luciana Assad Luppi Ballalai

Consiste a parceria na criação de extensão de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE nas dependências da AEI Ensino Superior de Iguaçu S/C Ltda (AEI – IESFI – CESUFOZ).

SEI 0015541-36.2019.8.16.6000

ASSUPERO Ensino Superior Ltda. mantenedora da Faculdade de Foz do Iguaçu (FAFIG)

Situação

Em andamento

Objeto

Cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio de métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual e atividades cidadania, bem como proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos, sob a responsabilidade do ASSUPERO Ensino Superior Ltda. mantenedora da Faculdade de Foz do Iguaçu (FAFIG).

Magistrada Gestora de parceria

Dra. Luciana Assad Luppi Ballalai

Consiste a parceria na criação de extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – PRE nas dependências da ASSUPERO Ensino Superior Ltda. (FAFIG)

SEI 0015571-71.2019.8.16.6000

NÚMEROS DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS NOS CEJUSC's E JUIZADOS ESPECIAIS

no período de 01/02/19 a 31/05/19

Nos CEJUSC's do Estado do Paraná

Audiências realizadas

21.228

Audiências com conciliação

5.733

27% de audiências frutíferas

Nos Juizados do Estado do Paraná

Audiências realizadas

93.260

Audiências com conciliação

13.913

14,92% de audiências frutíferas

TOTAL DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

Audiências realizadas

114.488

Audiências com conciliação

19.646

17,16% de audiências frutíferas

PROJETOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

Núcleo de Inteligência

O Projeto Núcleo de Inteligência da 2ª Vice-Presidência possui como objetivo fornecer informações acerca das unidades judiciais (Juizados Especiais, Cejusc's, Turmas Recursais) e projetos supervisionados pela 2ª Vice-Presidência, conectando os dados estatísticos informatizados disponíveis, no intuito de identificar os principais entraves na atividade jurisdicional, facilitando a tomada de decisão eficaz pela cúpula diretiva e garantindo uma melhor prestação jurisdicional ao tabular informações disponíveis em sistemas informatizados do TJPR e identificando pontos como ações predatórias, fraudulentas, sazonais, repetitivas e demais casos que demandem análise sistêmica de dados qualificados.

Sistema de Medidas Socialmente Úteis

O objeto do projeto consiste na promoção de ações e na conjugação de esforços entre o Poder Judiciário, Poder Executivo (Estadual e Municipal), Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, Civil e Guarda Municipal, Conselhos da Comunidade e demais organizações da sociedade civil, com vistas

ao fortalecimento do sistema de aplicação de medidas socialmente úteis com enfoque restaurativo, em substituição à mera aplicação de prestação pecuniária, multa e de privação de liberdade.

Busca-se oferecer, assim, um contraponto ao círculo vicioso de banalização da aplicação de penas pecuniárias - no caso das infrações de menor potencial ofensivo -, destituídas de efeitos restaurativos e terapêuticos, e resgatar o caráter socialmente útil das prestações sociais, em especial da prestação de serviços à comunidade.

Como iniciativa do projeto, está sendo criada, em caráter piloto, a Central de Medidas Socialmente Úteis, no CEJUSC Criminal de Curitiba, que vai atuar como um *hub* entre todos os equipamentos públicos, o judiciário e a sociedade civil.

CEJUSC Procon

O projeto tem por objetivo aperfeiçoar o sistema de tratamento de conflitos consumeristas através da instalação de uma extensão do CEJUSC nas unidades dos PROCONS, com a capacitação de seus colaboradores em mediação judicial, oferta de serviços nos moldes das sessões realizadas nos CEJUSCS

e supervisão direta do Juiz Coordenador, em atendimento às diretrizes da Resolução 125/2010 do CNJ.

O piloto, implantado na Comarca de Maringá, já conta com servidores capacitados, estrutura física adequada para atendimento, e está em fase final de integração dos sistemas informatizados para início da operação.

Nos mesmos moldes, Cascavel aguarda a conclusão da capacitação dos servidores que irão atuar como conciliadores.

Além disso, a equipe do NUPEMEC está em fase de negociação com Londrina, Ponta Grossa e Francisco Beltrão.

PIA da 2ª Vice

(Programa de Incentivo à Autonomia)

O ponto focal do projeto é estimular diversos setores do Judiciário, do Estado e da sociedade a promoverem meios de desenvolver, adequadamente, a autonomia de crianças e jovens destinatários de medidas protetivas e/ou socioeducativas, oportunizando vagas de aprendizagem, estágio ou emprego, cursos e formações diversas, de modo a permitir o protagonismo de sua vida.

O programa Jovens Promissores, idealizado e supervisionado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, e que é executado em parceria com o CEJUSC do Fórum Cível de Curitiba, com a Escola de Servidores do TJPR (ESEJE), com a PMPR, com o Exército, com o Conselho Regional de Contabilidade, com a UNILEHU e com o Paraná Clube, foi somado ao Projeto PIA da 2ª Vice, para ampliar os horizontes e promover a autonomia de seus participantes.

Com o objetivo de mobilizar esforços por parte do Poder Judiciário e de diversos setores do poder público e da sociedade, a iniciativa busca oferecer ferramentas para que os adolescentes acolhidos desenvolvam as condições de assumir o papel de protagonistas de suas próprias histórias, tornando o desligamento dos programas de acolhimento menos traumático.

Rolê Cívico Paranaense

O projeto tem como objetivo propiciar aos estudantes universitários um contato direto com os três poderes, Judiciário, Legislativo e Executivo. Com isto, visa-se o aprimoramento da formação dos discentes, além da difusão das informações e valores culturais, a

melhora da comunicação institucional e a facilitação do acesso ao Judiciário.

A primeira turma do Role Cívico Paranaense conhecerá os três poderes no dia 06 de junho, quando ocorrerá, no período da manhã, uma palestra de lançamento do programa, com participação dos três poderes, e durante a tarde, os alunos de uma universidade do interior do Estado farão um tour pelas três sedes no Centro Cívico.

Rolê Cultural

O objetivo é incentivar o acesso, a partir de parcerias, a museus, a pontos turísticos, a sessões históricas e clássicas de cinema e de teatro, a concertos de música, bem como a participação em atividades esportivas, para os jovens e crianças assistidos pelos programas sociais do TJPR, bem como aos Servidores e Magistrados.

No mesmo sentido do Role Cívico, a nomenclatura visa aproximar os jovens, através de uma linguagem informal, no sentido de aproximar todos dos equipamentos públicos culturais, promovendo uma emancipação através da arte.

Pacificar é Divino

É um programa desenvolvido pelo Tribunal de Justiça em parceria com as instituições religiosas, com o objetivo de promover a pacificação social.

O respectivo programa está regulamentado na Resolução 01/2018 do Nupemec (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) e foi inspirado nas iniciativas do Tribunal de Justiça de Goiás e Distrito Federal.

Para mais informações acerca do surgimento, funcionamento, capacitação e espaços de atendimentos, acesse a página do projeto [clikando aqui](#).

Justiça e Cidadania também se aprendem na escola

Idealizado no ano de 1993, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o programa “Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola” é coordenado pela 2ª Vice-Presidência e tem como objetivo facilitar e difundir o acesso à Justiça, através da divulgação de noções básicas sobre direitos e cidadania a crianças e adolescentes do ensino fundamental de escolas da rede pública.

As atividades são desenvolvidas por magistrados, promotores, advogados e servidores do TJPR de forma voluntária. Através de cartilhas desenvolvidas pela AMB, os participantes levam conhecimentos de justiça e cidadania nas escolas e recebem os alunos em visitas guiadas até as sedes do Poder Judiciário em cada cidade. Ao final das atividades as crianças desenvolvem atividades culturais e redações para fixar o conteúdo.

Justiça ao Espectador

O Programa Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos é atualmente regulamentado pela Resolução nº. 01/2017, do Conselho de Supervisão do Sistema de Juizados Especiais, e prevê a instalação de Postos do Juizado do Torcedor para atender as ocorrências policiais decorrentes da realização de eventos esportivos ou espetáculos de diversão pública, com fluxo previsto de público acima de dez mil pessoas, ou sempre que houver solicitação justificada para tanto.

Tais postos funcionam em regime de plantão, possuindo competência para conhecer somente as infrações de menor potencial ofensivo decorrentes desses eventos, sobretudo no interior do estádio ou arena e seus arredores. A disponibilização desse plantão atende à Recomendação n. 45/2013 do Conselho Nacional de Justiça e o disposto no Estatuto do Torcedor, sendo dever dos clubes de futebol ou organizador do evento disponibilizar estrutura para a realização das audiências.

Ainda no bojo do programa é desenvolvido o projeto Biometria nos Estádios, por meio do qual foi celebrado um termo de cooperação técnica entre diversos órgãos públicos para criação de uma web-service de consulta biométrica, que interliga as catracas do estádio que aderir ao projeto aos cadastros da Secretaria de Segurança, Instituto de Identificação, DETRAN-PR e Tribunal de Justiça para identificação de eventuais mandados de prisão e proibição de entrar em estádios.